

Leite anuncia R\$ 2,5 mil para famílias atingidas

Estado irá erguer 'Cidades Temporárias' para famílias desabrigadas

/ CLIMA

Cláudio Isaías

isaiasc@jcrs.com.br

Pelo menos sete mil famílias gaúchas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul receberão, cada uma, R\$ 2.500,00. O benefício faz parte do programa Volta por Cima do governo estadual e será pago para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). O depósito do dinheiro começou a ser feito na sexta-feira na conta de cada uma.

Nesta semana, até o dia 24 de maio, mais 40 mil famílias também vão receber os recursos do governo do Estado. O anúncio foi feito pelo governador Eduardo Leite, durante a inauguração do Centro Administrativo de Contingência, no bairro Jardim Carvalho, na Zona Leste de Porto Alegre.

Além disso, Leite informou o repasse de R\$ 2 mil por família, do Pix SOS Rio Grande do Sul, para usuários que não estão no Programa Volta por Cima. Inicialmente, será pago para 23 mil famílias com renda até três salários-mínimos, com início nas cidades de Encantado e Arroio do Meio, ambas destruídas pelas enchentes.

A divulgação das medidas pelo governador foi feita no Centro Administrativo de Contingência - com o alagamento do Centro Administrativo Fernando Ferrari, na avenida Borges de Medeiros, no Centro Histórico, os servidores estaduais trabalham no



MAURÍCIO TONETTO/PALÁCIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/JC

Leite informou que recursos são oriundos do Programa Volta por Cima

prédio na Zona Leste. O governador anunciou ainda plano de recuperação denominado Plano Rio Grande. A Secretaria de Parcerias e Concessões vai se transformar na Secretaria da Reconstrução, para ajudar no processo de recuperação do Estado. O titular será o secretário Pedro Capelucci, antes vinculado a Parcerias e Concessões.

As famílias poderão utilizar o dinheiro da forma que acharem necessário. "O governo do Estado não vai dizer o que elas devem fazer com o dinheiro. Os recursos financeiros estarão disponíveis, por exemplo, para a compra de roupas, de eletrodomésticos, de comida ou de material de construção", destaca. Caso as pessoas, tenham perdido o Cartão Cidadão - que faz parte do programa Volta por Cima -, elas poderão se dirigir até uma agência e pedir uma nova via.

Também foram anunciadas

ações planejadas para reconstrução do Estado - o Plano Rio Grande, além da criação de um comitê científico de adaptação e resiliência climática.

Durante a entrevista coletiva, o vice-governador Gabriel Souza também apresentou modelos de unidades habitacionais que serão criados. As "Cidades Temporárias" serão construídas em quatro municípios - Canoas, no Centro Olímpico, no bairro Igara, em uma área de 15 mil metros quadrados; em Porto Alegre, no Complexo Cultural do Porto Seco, um local com 30 mil metros quadrados; e em São Leopoldo, no Centro de Eventos, uma área de 3,4 mil metros quadrados. Em Guaíba, segundo o vice-governador, a área ainda não foi definida em razão dos alagamentos na cidade. Segundo Souza, será necessário de 15 a 20 dias para a montagem das estruturas pela empresa que será contratada pelo governo estadual.

Rodovias do Vale do Rio Pardo são tema de reunião

Na manhã de ontem, o secretário de Logística e Transportes, Juvir Costella, comandou reunião com prefeitos do Vale do Rio Pardo. Ao lado do diretor-geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), Luciano Faustino, e do diretor-presidente da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), Luís Fernando Vanacôr, Costella detalhou as ações

para desobstruir, recuperar e reconstruir estradas e pontes destruídas na região.

"Seguimos dialogando com os gestores municipais, que estão nos ajudando a diagnosticar os prejuízos em estradas e pontes. Em paralelo, nossas equipes estão atuando nas rodovias, em trabalhos de desobstrução e recuperação, sempre prezando pela segurança

dos usuários. Essa atuação é fundamental para que a produção do Estado volte a escoar pelas estradas", destacou o titular da Secretaria de Logística e Transportes (Selt).

Na próxima semana, os encontros serão com prefeitos e vice-prefeitos das regiões Central, Vale do Caí, Vale do Sinos, Vale do Paranhana e Metropolitana.

União debate novo fundo para subsidiar a reconstrução do RS

Uma ala do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discute a criação de um fundo para financiar investimentos de reconstrução da infraestrutura após desastres climáticos, com aplicação imediata para o Rio Grande do Sul. Ainda não há martelo batido sobre o tema, mas uma ideia é adotar modelo semelhante ao do Fundo Clima, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que permite a concessão de empréstimos com taxas de juros subsidiadas, entre 1% e 8% ao ano.

O tema ainda está em estágio inicial de discussão, mas há uma avaliação preliminar de que o desafio para empresas, municípios e o governo gaúcho no processo de reconstrução será o custo dos empréstimos diante da necessidade ampla de recursos para bancar as obras após o desastre provocado pelas enxurradas. Defensores da ideia argumentam que a recuperação da infraestrutura danificada pelas enchentes vai demandar investimentos públicos e privados em diversas frentes, que incluem estradas, pontes, escolas, moradias e estabelecimentos produtivos. Além de reconstruir essas estruturas, será necessário adaptá-las às mudanças climáticas e suas possíveis consequências sobre as estruturas urbanas, o que pode elevar o custo dessas obras.

O quadro é considerado mais grave do que na Covid-19, quando a principal carência das empresas era capital de giro para conseguir honrar suas obrigações no momento em que a suspensão de atividades derrubou o faturamento.

Dentro do governo, a recuperação do RS é comparada muito mais a um cenário pós-guerra do que à pandemia. Por isso, seria justificável um aumento temporário da dívida pública para viabilizar um aporte do Tesouro Nacional.

Um repasse dessa natureza constitui despesa financeira e não afeta as metas fiscais, nem o limite de despesas do arcabouço. O subsídio às operações é implícito: a taxa cobrada dos tomadores é menor do que o custo pago pelo Tesouro para se endividar no mercado.

Entusiastas da ideia argumentam que o acesso ao fundo ficaria condicionado à apresentação de um plano de aplicação. Na ausência dele, os recursos retornariam aos cofres da União. Também seria possível propor um desenho que contemple o uso misto de fontes de financiamento subsidiadas e a preços de mercado.

Outra ala do governo, porém, defende uma análise cautelosa da situação, já que o decreto de calamidade apresentado por Lula e aprovado pelo Congresso Nacional autoriza excluir das regras fiscais os gastos extraordinários decorrentes da tragédia gaúcha até 31 de dezembro de 2024.

Nesse cenário, não seria preciso lançar mão de um novo fundo e fazer "política parafiscal" para fornecer ajuda emergencial ao RS, apenas observar a necessidade de reforçar os instrumentos que já existem. Por outro lado, projetos estruturantes de adaptação às mudanças climáticas poderiam justificar a iniciativa mais adiante, na visão desses interlocutores.

Até agora, o Executivo federal já obteve aval para suspender a cobrança da dívida do governo gaúcho por três anos, o que dará um alívio estimado em R\$ 11 bilhões ao Estado. O dinheiro ficará carimbado para bancar ações de recuperação e reconstrução do Rio Grande do Sul - cujo custo foi estimado inicialmente em pelo menos R\$ 19 bilhões. O governo também já anunciou aportes extras em dois fundos garantidores para viabilizar novas contratações de crédito pelas empresas.



GUSTAVO GARBINO/PMPA/JC

Será necessário adaptar estruturas de cidades às mudanças climáticas